

Qualidade de vida em Minas Gerais: análise a partir de indicadores do Índice Mineiro de Responsabilidade Social (IMRS)

Quality of life in Minas Gerais: Analysis from indicators of the Minas Gerais Social Responsibility Index (IMRS)

Calidad de vida en Minas Gerais: Análisis a partir de indicadores del Índice de Responsabilidad Social (IMRS) de Minas Gerais

Josimar dos Reis de Souza

Professor Mestre, CEFET/MG, Brasil
Doutorando em Geografia, UFU, Brasil
josimarsouza@cefetmg.br

Beatriz Ribeiro Soares

Professora Titular, UFU, Brasil
brsoares@ufu.br



RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar indicadores de qualidade de vida dos municípios pertencentes ao estado de Minas Gerais (Brasil), a partir de dados divulgados pelo Índice Mineiro de Responsabilidade Social (IMRS), importante instrumento de gestão pública do governo estadual que é sistematizado anualmente pela Fundação João Pinheiro. A análise da qualidade de vida aqui evidenciada está relacionada a busca por respostas a problemática envolvendo o processo de urbanização brasileiro no contexto da urbanização contemporânea, pautado, sobretudo, nas diferenças de condições socioeconômicas entre os diferentes estratos da sociedade e que por consequência envolvem também diferentes níveis de qualidade de vida da população. Para tal análise, utilizou-se de indicadores de quadro dimensões de análise: Saúde, Educação, Segurança Pública e Saneamento-Habitación-medio ambiente, ambos do ano de 2016, que se trata da divulgação mais recente do IMRS. As informações dos 853 municípios de Minas Gerais foram coletados, tabulados utilizando o Excel 2010, importados para o software ArcGIS 10.2, espacializados através da cartografia e exportados em forma de cartogramas com o intuito de auxiliar na análise espacial. A classificação dos dados nas categorias “baixo, médio e alto” seguiu a mesma utilizada pela Fundação João, que é a instituição responsável pela divulgação dos dados. Os resultados apresentados propiciaram o (re)conhecimento do panorama da situação de aspectos da qualidade de vida em nível estadual e evidenciaram a importância do IMRS como instrumento que possibilita a melhoria da gestão pública e a implementação de políticas públicas voltadas a melhoria da qualidade de vida da população.

PALAVRAS-CHAVE: Qualidade de Vida. Indicadores. Índice Mineiro de Responsabilidade Social.

ABSTRACT

This paper aims to analyze indicators of quality of life of municipalities in the state of Minas Gerais (Brazil), based on data released by the Minas Gerais Social Responsibility Index (IMRS), an important public management tool of the state government that is systematized annually by the João Pinheiro Foundation. The analysis of the quality of life evidenced here is related to the search for answers to the problems involving the Brazilian urbanization process in the context of contemporary urbanization, based, above all, on the differences in socioeconomic conditions between the different strata of society and which consequently also involve different quality of life levels of the population. For such analysis, we used framework indicators analysis dimensions: Health, Education, Public Safety and Sanitation-Housing-Environment, both of 2016, which is the latest release of IMRS. Information from the 853 municipalities of Minas Gerais was collected, tabulated using Excel 2010, imported into ArcGIS 10.2 software, spatially mapped and exported as cartograms in order to assist in spatial analysis. The classification of the data in the categories “low, medium and high” followed the same used by the João Foundation, which is the institution responsible for the disclosure of the data. The results presented provided a knowledge of the state of life quality situation panorama and highlighted the importance of IMRS as an instrument that enables the improvement of public management and the implementation of public policies aimed at improving the quality of life of the population.

KEYWORDS: Quality of life. Indicators. Minas Gerais Index of Social Responsibility.

RESUMEN

Este trabajo tiene como objetivo analizar los indicadores de calidad de vida de los municipios en el estado de Minas Gerais (Brasil), en base a los datos publicados por el Índice de Responsabilidad Social (IMRS) de Minas Gerais, una importante herramienta de gestión pública del gobierno del estado que es sistematizada anualmente por la Fundación João Pinheiro. El análisis de la calidad de vida resaltada aquí se relaciona con la búsqueda de respuestas a los problemas relacionados con el proceso de urbanización brasileño en el contexto de la urbanización contemporánea, basado, sobre todo, en las diferencias en las condiciones socioeconómicas entre los diferentes estratos de la sociedad y que, por consiguiente, también implican diferentes niveles de calidad de vida de la población. Para dicho análisis, utilizamos dimensiones de análisis: Salud, Educación, Seguridad Pública y Saneamiento-Vivienda-Medio Ambiente, ambos de 2016, que es la última versión de IMRS. Se recopiló información de los 853 municipios de Minas Gerais, se tabuló con Excel 2010, se importó al software ArcGIS 10.2, se mapeó espacialmente y se exportó como cartogramas para ayudar en el análisis espacial. La clasificación de los datos en las categorías “bajo, medio y alto” siguió la misma utilizada por la Fundación João, que es la institución responsable de la divulgación de los datos. Los resultados presentados proporcionaron un conocimiento del panorama de la situación de la calidad de vida y destacaron la importancia de las IMRS como un instrumento que permite la mejora de la gestión pública y la implementación de políticas públicas destinadas a mejorar la calidad de vida de la población.

PALABRAS-CLAVE: Calidad de vida. Indicadores. Índice de Responsabilidad Social de Minas Gerais.

1. INTRODUÇÃO

Temos que o século XX foi marcado por profundas mudanças nas sociedades, sobretudo, pela transição demográfica do campo para as cidades ocorrida em nível mundial. Além disso, os processos advindos da revolução tecnológica, pós década de 1970, mudaram as formas de viver nas cidades e viver às cidades. O resultado dos processos relacionados aos acontecimentos de ordem econômica e social, foi a consolidação das cidades do século XXI. Ademais, com o advento da globalização houve a difusão de novas formas de habitar e se relacionar no urbano, em concomitância com os espaços urbanos já existentes, criando-se assim um modo de vida urbano pautado nas relações de toda ordem, aliando os conteúdos do passado das cidades (cultura, arquitetura, etc.), com os fluxos de informação, comunicação, tecnologias, redes sociais, entre tantos outros aspectos da contemporaneidade.

O processo de urbanização na contemporaneidade pode ser relacionado ao aumento crescente da demanda por serviços e a busca pela satisfação das necessidades e aspirações das pessoas. Assim, a população, independentemente do nível de renda e outros aspectos de vida, buscam nas cidades satisfazer suas necessidades e sonhos, fato que pode ser evidenciado no fluxo constante de pessoas entre cidades para consumir, utilizar serviços dos mais diferentes possíveis, para estudar, trabalhar, lazer etc.

Ocorre que no processo recente de crescimento das cidades os espaços urbanos foram ocupados de maneira desigual. Temos como aspecto marcante da Urbanização Contemporânea as desigualdades socioespaciais, nas quais áreas das cidades mais adequadas à ocupação humana foram direcionadas a população de maior renda e os espaços impróprio à moradia foram ocupados pelas parcelas da população com menor poder aquisitivo. Tais fatores produziram em um mesmo espaço grandes desigualdades e conflitos sociais. Esse cenário comumente encontrado no mundo, sobretudo em países que experimentaram um processo de industrialização tardio – países periféricos, tem em si uma série de problemas relacionados ao social, ambiental, saúde, educação, entre outros. Tal constatação aponta a difícil tarefa desses países em oferecer melhores condições de vida a sua população.

Lefebvre (2001), aponta que a problemática urbana vivenciada no mundo teve em um processo com dois aspectos – industrialização e urbanização. Esses dois aspectos são inseparáveis, entretanto, ao mesmo tempo são conflitantes. “Existe, historicamente, um choque violento entre a realidade urbana e a realidade industrial” (LEFEBVRE, 2001, p. 16). Esse choque gerou no mundo problemas complexos oriundos das transformações no espaço urbano e na forma de viver na cidade.

No Brasil, a partir da metade do século XX, o processo de urbanização, via industrialização, se acelerou levando grande contingente população para as cidades em busca de trabalho e melhores condições de vida. As alterações ocorridas nas décadas seguintes conduziram ao contexto atual de grandes diferenças socioeconômicas e de qualidade de vida em um mesmo ambiente urbano, com parte significativa da população brasileira vivendo em condições precárias, sem acesso a serviços básicos de saneamento, saúde e educação. Estudo realizado

pela Organização das Nações Unidas (ONU, 2010), aponta que no Brasil cerca de 28% da população vivem em áreas urbanas inadequadas à moradia. A complexidade dessa realidade das cidades brasileiras, com graves problemas ambientais, conflitos de uso do solo, injustiça social e outros problemas relacionados a qualidade de vida da população, fazem com que seja necessário a busca por soluções propiciem a melhoria das condições de vida.

Torna-se necessário, portanto, esforço entre as diferentes esferas da sociedade na busca por intervir sobre as condições de vida, buscando a redução das vulnerabilidades sociais e o desenvolvimento local integrado (WESTPHAL, 2000). Assim, na busca por melhorias nas condições de vida da população têm se intensificado nas últimas décadas estudos sobre as cidades, relacionados a indicadores de qualidade de vida, tanto em nível internacional como também no Brasil. Esses projetos têm como foco a realização de transformações positivas nas cidades, a partir da discussão e proposição de soluções para os problemas no urbano.

De maneira geral o conceito de qualidade de vida pode ser entendido como sendo uma expressão das condições de vida da população, o que pode envolver diferentes dimensões e análises. A OMS (2002) aponta que entre essas dimensões cabe à análise da qualidade de vida levar em consideração o bem-estar físico, mental, psicológico, emocional, condições sociais da saúde, educação, meio ambiente, entre outros.

A Carta de Ottawa, resultado da Primeira Conferência Internacional sobre a Promoção da Saúde ocorrida no ano de 1986, apresentou preocupação com a qualidade de vida no mundo. Nessa consta que a qualidade de vida se relaciona com as condições de vida, em todos os extratos – sociais, psicológicos, justiça social e equidade. Assim, melhores condições de vida serão gradativamente alcançadas desde que visem a busca contínua por melhoria na qualidade de vida da população.

Nahas (2002) aponta que para que bons resultados de qualidade de vida sejam alcançados se torna necessário (re)conhecer os níveis de vida que a cidade oferece a seus habitantes. Isso é possível através da análise das dimensões setoriais – transportes, educação, lazer, cultura, etc; e espaciais – acessibilidade. Essa análise deve ser realizada através de indicadores que mensurados e espacializados são vistos como parte de um sistema holístico para monitorar o progresso das cidades.

A qualidade de vida urbana inclui a avaliação da equidade na distribuição e acesso da população a bens de cidadania. Estes bens podem ser considerados essenciais à satisfação das necessidades básicas de uma sociedade num dado momento; também a qualidade ambiental e a sustentabilidade do desenvolvimento humano, nas quais se pode considerar a dimensão sociodemográfica, do ambiente físico e da acessibilidade; e por fim a participação da população para a mensuração da dimensão subjetiva (NAHAS, 2002, p. 33).

Bravo e Vera (1993) apontam que qualidade de vida é um conceito polissêmico, ou seja, possui mais de um significado. A sua definição mais abrangente aponta para o grau de bem-estar individual e em grupo, determinado pelas necessidades básicas da população. Vitte (2009) contribui ao afirmar que “algumas necessidades humanas se transformam como o tempo, mas

as necessidades básicas, ou fundamentais, são as mesmas em todas as culturas e em qualquer período histórico, porque são afeitas à condição humana” (VITTE, 2009, p. 91). Tais considerações apontam a necessidade de se buscar estratégias para melhoria dos níveis de vida da população, como também, de desenvolvimento de políticas para a construção de ambientes urbanos mais saudáveis.

A partir da problemática explicitada relacionada ao processo de urbanização brasileiro no contexto da urbanização contemporânea, pautado em diferenças de condições socioeconômicas entre os estratos da sociedade e por consequência uma diferença nos níveis de qualidade de vida, que o presente estudo tem como objetivo analisar indicadores de qualidade de vida dos municípios do estado de Minas Gerais (Brasil), a partir de dados divulgados pelo Índice Mineiro de Responsabilidade Social (IMRS), importante instrumento de gestão pública.

Para alcançar tal objetivo foram selecionados quatro dimensões de análise: Saúde, Educação, Segurança Pública e Saneamento - Habitação - meio ambiente, ambos do ano de 2016, que se trata da divulgação mais recente do IMRS. As informações dos 853 municípios do estado de Minas Gerais foram tabulados utilizando o *Excel 2010*, importados para o *software ArcGIS 10.2* e espacializados através de cartografia. A classificação dos dados nas categorias “baixo – médio e alto” seguiu a mesma utilizada pela Fundação João Pinheiro (FJP, 2019), que é a instituição responsável pela divulgação dos dados.

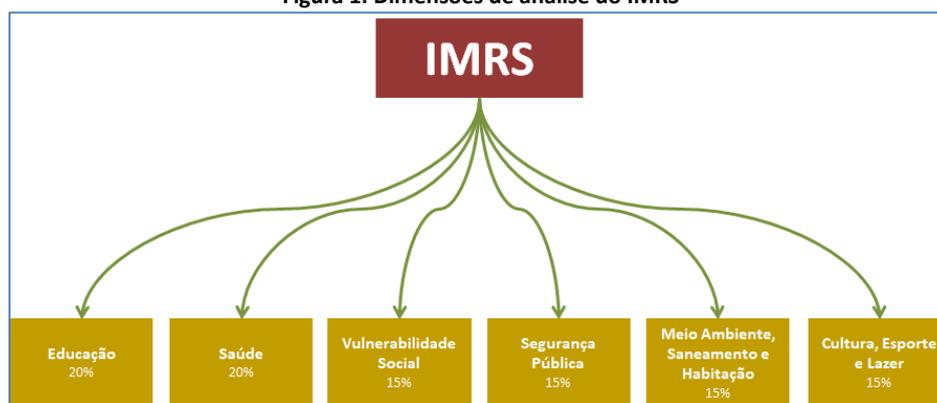
2. O ÍNDICE MINEIRO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL (IMRS) COMO FERRAMENTA DE ANÁLISE DE QUALIDADE DE VIDA EM MINAS GERAIS

O Índice Mineiro de Responsabilidade Social (IMRS) se trata de importante ferramenta de gestão pública do estado de Minas Gerais. Foi criado através da lei estadual nº 15.011 de 15 de janeiro de 2004, pelo governo do estado no qual atribuiu a Fundação João Pinheiro (FJP), órgão de pesquisa ligada ao governo estadual, a responsabilidade para a sua construção e gestão. De acordo com a FJP (2019) o IMRS foi criado a partir da concepção que a responsabilidade social na gestão pública estadual consiste na implementação, pela administração pública, de políticas, planos, programas, projetos e ações que assegurassem o acesso da população à assistência social, à educação, aos serviços de saúde, ao emprego, à alimentação de qualidade, à segurança pública, à habitação, ao saneamento, ao transporte e ao lazer.

Para a construção e gerenciamento do IMRS a FJP têm desde 2004 realizado a implementação de base de dados voltada a retratar as diferentes dimensões analisadas. O resultado desse projeto foi a reunião de mais de 700 indicadores, de 2000 a 2017, que se encontravam de forma dispersa em diversos órgãos e instituições. De acordo com a FJP (2019) a aglutinação de informações em uma única base favoreceu sua utilização pelo setor público e pela sociedade, sendo que a ampla divulgação e utilização dessa base tem promovido melhorias à gestão pública.

Do amplo número de indicadores levantados pela FJP, 44 são utilizados para compor um índice sintético. Na metodologia proposta pelo IMRS os indicadores utilizados deveriam retratar três aspectos fundamentais: a situação, o esforço da política públicas para efetuar melhorias à situação posta e as características gerais da gestão municipal. As dimensões avaliadas pelo IMRS constam na figura 1.

Figura 1: Dimensões de análise do IMRS



Fonte: FJP, 2019.

Conforme apresentado na figura são seis o número de dimensões analisadas. São elas: educação; saúde; vulnerabilidade social; segurança pública; meio ambiente, saneamento e habitação; e cultura, esporte e lazer. Pela metodologia do IMRS cada uma das dimensões é resultado da média ponderada entre os indicadores analisados, sendo que cada uma das variáveis apresenta um peso diferente na composição do índice.

De acordo com a FJP (2018) a metodologia do cálculo sofreu alterações ao longo do tempo, como reflexo da melhoria na base de dados, a introdução de novas dimensões, a mudança nas prioridades dos programas de governo, além do fato de metas estabelecidas terem sido cumpridas. Os indicadores atualmente utilizados constam no quadro 1.

Quadro 1: Indicadores do IMRS

DIMENSÕES	INDICADORES	
Nome	Indicador	Unidade
Saúde	Taxa de mortalidade por doenças crônicas não transmissíveis	por 100 mil hab.
	Taxa de mortalidade por câncer de colo de útero na população feminina	por 100 mil hab.
	Cobertura vacinal de Pentavalente em menores de 1 ano	%
	Proporção de nascidos vivos cujas mães realizaram 7 ou mais consultas de pré-natal	%
	Estimativa da proporção da população atendida pela Estratégia de Saúde da Família	%
	Proporção de óbitos por causas mal definidas	%
	Proporção de internações hospitalares por condições sensíveis à atenção primária	%
Educação	Proporção das internações de média complexidade de pacientes do SUS encaminhado	%
	Proporção de pessoas de 15 anos ou mais de idade com ensino fundamental completo	%
	Índice de Qualidade Geral da Educação	
	Taxa de Distorção Idade-Série_EFAF	%
	Taxa de Distorção Idade-Série_EM	%
	Percentual de docentes por grupo do indicador de adequação da formação do docente EI	%
	Percentual de docentes por grupo do indicador de adequação da formação docente EFAI	%
	Percentual de docentes por grupo do indicador de adequação da formação docente EFAF	%
Segurança Pública	Percentual de docentes por grupo do indicador de adequação da formação docente EM	%
	Taxa de atendimento da educação básica	%
	Taxa de ocorrências de homicídios dolosos (instituições de segurança pública)	por 100mil hab
Vulnerabilidade	Taxa de crimes violentos contra o patrimônio	por 100mil hab
	Habitantes por policial civil ou militar	%
	Percentual da População no Cadastro Único	%
	Percentual da população pobre e extremamente pobre	%
	Percentual de pessoas pertencentes às famílias beneficiárias do Bolsa Família	%
	Percentual de pessoas em idade produtiva (18 a 64 anos) e sem ocupação	%
	Percentual de pessoas que não sabem ler e escrever	%
	Percentual de pessoas em situação de vulnerabilidade pelas condições de saneamento	%
	Taxa de emprego no setor formal	%
Saneamento e Meio Ambiente	Indicador de Desenvolvimento do Conselho Municipal de Assistência Social	
	Indicador de Desenvolvimento de Centros de Referência da Assistência Social (IDCRAS)	
	Indicador de Desenvolvimento do Centro de Referência Especializado em Assistência	
	Percentual da população atendida com serviço de abastecimento de água (rede)	%
	Percentual da população atendida com serviço de esgotamento sanitário (rede)	%
	Percentual de esgoto tratado	%
Cultura, Esporte e Lazer	Percentual da população atendida com coleta direta de lixo	%
	Disposição final do lixo coletado	
	Existência de Plano e Política de saneamento e de resíduos sólidos	
	Esforço orçamentário em habitação, saneamento e meio ambiente	%
	Existência de biblioteca	sim ou não
	Pluralidade de equipamentos culturais exceto biblioteca	sim ou não
	Existência de banda de música	sim ou não
Pluralidade de grupos artísticos	baixa, média ou alta	
	Gestão e preservação do patrimônio cultural	%
	Pontuação pela participação em programas governamentais de esporte	%
	Percentual de alunos em escolas com quadra de esporte	%

Fonte: FJP, 2019.

Temos, portanto que o IMRS possui uma variedade significativa de indicadores que em conjunto compõem as dimensões analisadas. O estado, municípios e a sociedade em geral têm acesso a esses indicadores e dimensões através de uma plataforma, no qual é possível visualizar os indicadores municipais a partir de diferentes recortes espaciais (estado, mesorregiões, microrregiões, etc.), como também a construção de gráficos e mapas, conforme apresentado na figura 2.

Figura 2: Plataforma *online* de trabalho do IMRS



Fonte: FJP, 2019.

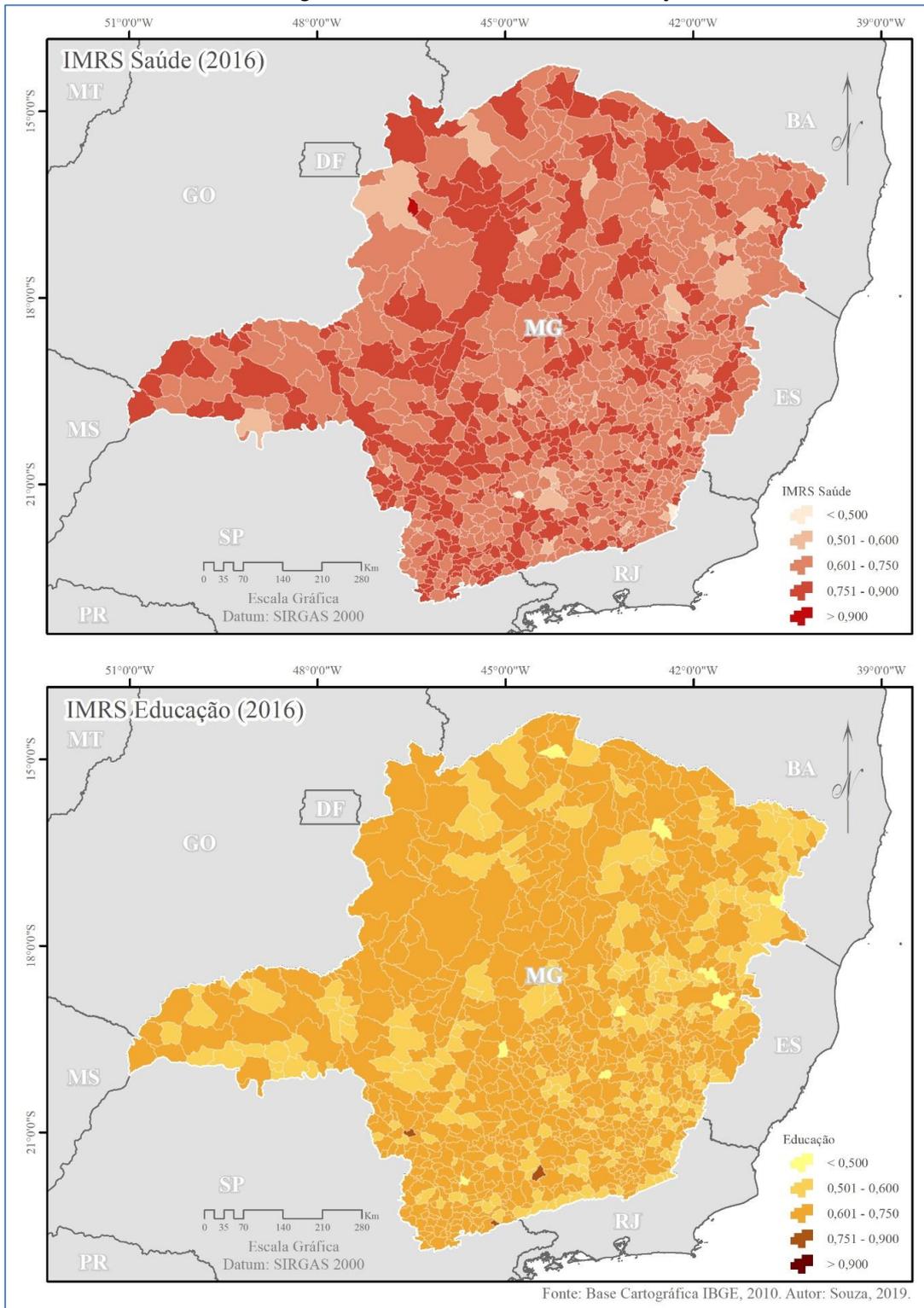
Trata-se, portanto, de importante plataforma com acesso gratuito que possibilita informações importantes para os municípios do estado de Minas Gerais. Conforme aponta a FJP (2019), tais dados tem sido utilizados para fins de divisão de recursos públicos voltados a implementação de políticas públicas para áreas deficitárias de cada município ou região.

3. INDICADORES DE QUALIDADE DE VIDA EM MINAS

Nesse estudo nos pautamos na análise de quatro dimensões do IMRS como forma de demonstrar as possibilidades de análise em nível estadual através dos dados disponibilizados na plataforma. As dimensões analisadas escolhidas foram: saúde; educação; saneamento, habitação e meio ambiente; e segurança pública. Os resultados apresentados estão normatizados, em valores que compreendem zero e um, sendo que quanto maior o valor melhor é a qualidade da dimensão analisada.

O resultado das dimensões Saúde e Educação do IMRS para o ano de 2016 (ano com dados já disponibilizados na plataforma), é apresentado na figura 2.

Figura 2: Minas Gerais - IRMS Saúde e Educação



Fonte: FJP, 2016. Autor: Souza, 2019.

Para a saúde o IMRS utiliza oito indicadores. São eles: taxa de mortalidade por doenças crônicas não transmissíveis; taxa de mortalidade por câncer de colo de útero na população feminina; cobertura vacinal de pentavalente em menores de 1 ano; proporção de nascidos vivos cujas mães realizaram 7 ou mais consultas de pré-natal; estimativa da proporção da população atendida pela Estratégia de Saúde da Família (ESF); proporção de óbitos por causas mal definidas; proporção de internações hospitalares por condições sensíveis à atenção primária; e proporção das internações de média complexidade de pacientes do SUS encaminhados para outra microrregião (FJP, 2019).

O resultado do IMRS Saúde aponta que no ano de 2016 a maior parte dos municípios do estado de Minas Gerais (461 municípios) se encontravam no nível 0,601 a 0,750, que pode ser considerado, na escala de zero a um, um nível médio de saúde. São 357 o número de municípios que compreenderam o nível 0,751 a 0,900, que pode ser considerado um nível alto de desenvolvimento da saúde. Foram 32 municípios que constaram no nível 0,501 a 0,600 e apenas um município, Natalândia, no noroeste do estado, que obteve índice acima de 0,900, considerado muito alto. Em se tratando dos municípios com baixo índice de saúde, temos que ficaram abaixo do nível de 0,500, Ibiturama e Palma, ambos no sul do estado. O IMRS possibilita também a análise de cada um dos indicadores de saúde, caso seja interesse do pesquisador ou órgão público que esteja utilizando os dados.

O IMRS Educação utiliza nove indicadores na sua composição. São eles: proporção de pessoas de 15 anos ou mais de idade com ensino fundamental completo; índice de qualidade geral da educação; taxa de distorção idade-série dos anos finais do ensino fundamental; taxa de distorção idade-série dos anos finais do ensino médio; percentual de docentes por grupo do indicador de adequação da formação do docente (nos diferentes níveis de ensino); e taxa de atendimento da educação básica (FJP, 2019).

Em se tratando do resultado do IMRS Educação, temos que no ano de 2016 o estado apresentou a maioria absoluta de seus municípios no nível 0,600 a 0,750, o que corresponde a 614 municípios. Esse nível pode ser considerado médio para alto. Foram 225 municípios no nível 0,500 a 0,600, nível médio de educação. Apenas 3 municípios apareceram com nível superior a 0,750 - Bom Jesus da Penha, Marmelópolis e São Vicente de Minas. Foram 9 municípios que constaram com nível baixo, inferior a 0,500.

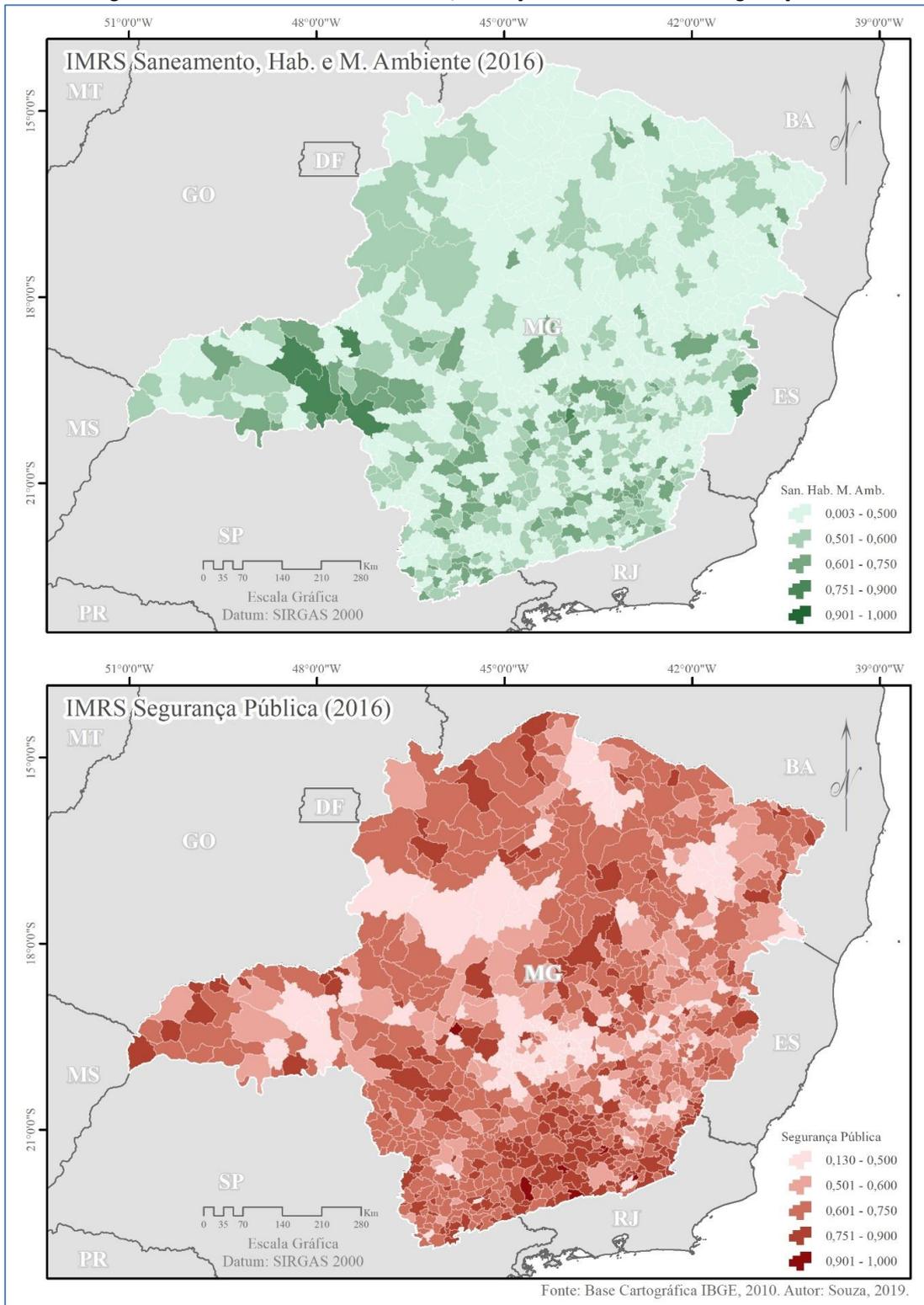
A figura 3 apresenta o resultado do IMRS Saneamento, Habitação e Meio Ambiente e Segurança Pública.

São sete o número de indicadores utilizados na composição do IMRS Saneamento, Habitação e Meio Ambiente. São eles: percentual da população atendida com serviço de abastecimento de água (rede); percentual da população atendida com serviço de esgotamento sanitário (rede); percentual de esgoto tratado; percentual da população atendida com coleta direta de lixo; disposição final do lixo coletado; existência de Plano e Política de saneamento e de resíduos sólidos; e esforço orçamentário em habitação, saneamento e meio ambiente (FJP, 2019).

Os dados do IMRS Saneamento, Habitação e Meio Ambiente do ano de 2016 apontam uma problemática inerente dos municípios brasileiros, que é a dificuldade em melhorar esses

indicadores e universalizar o acesso a serviços relacionados ao esgotamento sanitário, a água de qualidade, a condições de habitação, entre outros. Temos que a maior parte dos municípios do estado se encontram com níveis baixos relacionados aos indicadores que compõem o índice. Foram 515 municípios classificados com nível menor que 0,500, ou seja, nível baixo de qualidade ambiental. Foram 230 municípios no nível entre 0,500 e 0,600 e 102 municípios entre 0,600 e 0,750. Apenas seis apareceram com nível acima de 0,750, considerado nível alto. São eles: Aimorés, Belo Horizonte, Monte Carmelo, Sacramento, Uberaba e Uberlândia.

Figura 3: Minas Gerais - IRMS Saneamento, Habitação e Meio Ambiente e Segurança Pública



Fonte: FJP, 2016. Autor: Souza, 2019.

Para a composição do IMRS Segurança Pública são usados três indicadores: taxa de ocorrências de homicídios dolosos; taxa de crimes violentos contra o patrimônio; e o número de habitantes por policial civil ou militar (FJP, 2019).

Em relação ao IMRS Segurança Pública temos que no ano de 2016 a maior parte dos municípios de Minas Gerais se encontravam no nível entre 0,600 e 0,750, ou seja, nível médio para alto. Foram 197 municípios no nível 0,750 a 0,900, 138 municípios no nível 0,500 a 0,600, e 120 municípios no nível abaixo de 0,500. Apenas seis municípios apareceram com nível acima de 0,900. Em contraponto, temos o crescente aumento da violência urbana, principalmente nos grandes e médio centros urbanos.

4. CONCLUSÃO

A partir dos quatro exemplos apresentados do IMRS, podemos perceber a gama de informações e possibilidades disponíveis anualmente. Informativos anuais da Fundação João Pinheiro têm apresentado os resultados práticos do IMRS para a gestão pública do estado e municípios de Minas Gerais, inclusive para repasse de recursos públicos aos municípios que apresentam discrepâncias em relação às médias estaduais.

Trata-se, portanto, de importante ferramenta de gestão pública, que possibilita, através de banco de dados alimentado anualmente, a busca por estratégias de melhoria da qualidade de vida dos municípios mineiros. Constatamos a importância desse estudo realizado pela FJP e utilizaremos seu banco de dados para variados estudos que têm sido realizados relacionados a construção de indicadores de qualidade de vida.

Os problemas inerentes da urbanização contemporânea devem ser analisados e solucionados. Para isso a consolidação de bancos de dados, como o IMRS, é de real importância para Minas Gerais e para o país. São através desses dados que a inteligência coletiva será construída, a busca de soluções será possível e a melhoria da qualidade de vida atingirá patamares aceitáveis no Brasil. Cabe, portanto, a busca por estratégias de utilização de indicadores, a consolidação dos bancos de dados e sua utilização de fato, para se construir ambientes urbanos mais saudáveis.

5. AGRADECIMENTOS

Agradecemos a Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação do Centro Federal de Educação Tecnológica do estado de Minas Gerais (CEFET/MG) pela bolsa de capacitação – nível Doutorado.

6. REFERÊNCIAS

BRAVO, M. T.; VERA, S. F. Consideraciones metodológicas: una operacionalización del concepto de calidad de vida. *Revista Geográfica Venezolana*, vol. 34, 1993, p. 279 - 285.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO (FJP). **Índice Mineiro de Responsabilidade Social do ano de 2016**. Belo Horizonte: FJP, 2016. Disponível em: <<http://www.fjp.mg.gov.br>>. Acesso em: outubro de 2019.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO (FJP). Relatório Técnico do Índice Mineiro de Responsabilidade Social. Belo Horizonte: FJP, 2019. Disponível em: <<http://www.fjp.mg.gov.br>>. Acesso em: outubro de 2019.

LEFEBVRE, H. **O direito à Cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **World Urbanization Prospects**. The 2009 Revision. Nova Iorque: ONU, 2010. 47 p.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE (OMS). Twenty steps for developing a Healthy Cities project. 3. ed. Genebra: OMS, 2002, 61 p.

NAHAS, M. I. P. **Bases teóricas metodologia de elaboração e aplicabilidade de indicadores intraurbanos na gestão municipal da qualidade de vida urbana em grandes cidades: o caso de Belo Horizonte**. 2002. 373 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2002.

VITTE, A.C. Modernidade, Território e Sustentabilidade: Refletindo sobre qualidade de vida. In: VITTE, A.C.; KEINERT, T.M.M. (Orgs.). **Qualidade de vida, planejamento e gestão urbana: discussões teórico-metodológicas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009. 312 p.

WESTPHAL, M. F. O Movimento Cidades/Municípios Saudáveis: um compromisso com a qualidade de vida. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 5, n. 1, 2000, p. 39 – 51.